



# Discurso, política e direitos:

*por uma análise de  
discurso comprometida*

Viviane de Melo Resende  
Carolina Lopes Araújo  
Jacqueline Fiuza da S. Regis  
(Organizadoras)

EDITORA  
**UnB** 60 



**Universidade de Brasília**

**Reitora** : Márcia Abrahão Moura  
**Vice-Reitor** : Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora** : Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** : Germana Henriques Pereira (Presidente)  
Fernando César Lima Leite  
Ana Flávia Magalhães Pinto  
César Lignelli  
Flávia Millena Biroli Tokarski  
Liliane de Almeida Maia  
Maria Lidia Bueno Fernandes  
Mônica Celeida Rabelo Nogueira  
Roberto Brandão Cavalcante  
Sely Maria de Souza Costa  
Wilsa Maria Ramos

# **Discurso, política e direitos:**

*por uma análise de  
discurso comprometida*

Viviane de Melo Resende  
Carolina Lopes Araújo  
Jacqueline Fiuza da S. Regis  
(Organizadoras)

## Ilustração de capa

Baseada no trabalho de Mariana Henrique Mariano da Silva para o VII Colóquio e II Instituto da ALED-Brasil

© 2020 Editora Universidade de Brasília  
Editora Universidade de Brasília  
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa,  
1º andar – Campus Darcy Ribeiro,  
Asa Norte, Brasília/DF – CEP: 70910-900  
Telefone: (61) 3035-4200  
Site: [www.editora.unb.br](http://www.editora.unb.br)  
E-mail: [contatoeditora@unb.br](mailto:contatoeditora@unb.br)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília  
Bibliotecário responsável: Fernando Silva - CRB 1/2001

---

D611            Discurso, política e direitos : por uma análise de discurso  
                     comprometida / Viviane de Melo Resende, Carolina Lopes  
                     Araújo, Jacqueline Fiuza da S. Regis, organizadoras. – Brasília  
                     : Editora Universidade de Brasília, 2022.  
                     240 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5846-138-8.

1. Estudo crítico do discurso. 2. Análise de discurso crítica. 3.  
Direitos humanos. 4. Associação Latino-Americana de Estudos  
do Discurso. I. Resende, Viviane de Melo (org.). II. Araújo,  
Carolina Lopes (org.). III. Regis, Jacqueline Fiuza da S. (org.).

CDU 82.085

---



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

# Sumário

Apresentação: uma análise de discurso comprometida .....	7
<b>1.</b> Estudo das reações sociodiscursivas verbais em ambientes de interação virtual .....	17
<b>2.</b> Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA: uma aproximação da análise de discurso crítica .....	51
<b>3.</b> Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro: uma perspectiva discursivo-crítica localizada ...	85
<b>4.</b> “Eu me sentia um professor”: reexistências decoloniais no âmbito do projeto Mulheres Inspiradoras .....	115
<b>5.</b> Análise crítica do discurso e teorias jurídicas feministas: um olhar sobre a cidadania das mulheres .....	147
<b>6.</b> Discurso e direitos: por uma análise crítica do discurso jurídico em decisões judiciais .....	171
<b>7.</b> Análise do discurso de ódio contra uma blogueira .....	203
Sobre as organizadoras .....	235
Sobre as/os autoras/es .....	237



# 2

## Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA: uma aproximação da análise de discurso crítica

*Mariana C. Marchese*

### Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados de minha pesquisa sociodiscursiva sobre políticas públicas voltadas aos problemas habitacionais enfrentados por pessoas que vivem em situação de pobreza na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), Argentina.

O interesse em estudar o problema da habitação de uma perspectiva sociodiscursiva encontra-se em: *i*) que a “questão habitacional” tem sido um conflito central que afetou e continua a afetar as pessoas em condições de maior vulnerabilidade socioeconômica; e *ii*) que o exposto em *i*) acontece apesar de o artigo 31 da Constituição da Cidade Autônoma de Buenos Aires, nos termos do artigo 14-bis da Constituição da Argentina, reconhecer o direito de acesso à habitação para todos os residentes, dando prioridade àqueles com recursos econômicos escassos.

Um fato importante a esse respeito é que desde 2004 a CABA, que também é a capital federal da Argentina, permaneceu em situação habitacional de emergência (Lei n. 1.408/LCABA/04 e Lei n. 2472/LCABA/07) até que esse decreto foi vetado (Decreto n. 38/GCABA/11) por razões de técnica legislativa. O argumento utilizado pelo Poder Executivo para efetuar o veto foi que o prazo para estender a emergência habitacional havia expirado, uma vez que uma prorrogação deve ser concedida durante a vigência da lei anterior. Por esse motivo, o decreto ultrapassou os prazos legais apropriados. Nas palavras do Poder Executivo: “o consentimento para a prorrogação do prazo já vencido implicaria admitir a viabilidade de renascer um elemento expirado para o exercício de um direito ou cumprimento de uma obrigação, com o conseqüente dano à estabilidade jurídica” (Decreto n. 38/GCABA/11). Entretanto, isso aconteceu em um contexto em que os problemas de habitação: *i*) “permanecem em toda a sua profundidade” (TREVISANI VESPA; MAMBERTI, 2012, p. 11); *ii*) constituem um dos fatores mais complexos para alcançar uma moradia adequada em CABA (Instituto Nacional de Estatística e Censos, 2012); *iii*) são fonte de conflitos na cidade (BERMÚDEZ *et al.*, 2014); e *iv*) são agravados pelo progresso da gentrificação (JANOSCHKA; SEQUERA, 2016).

Minha pesquisa sobre a “questão habitacional” da CABA engloba desde 1997, quando, por meio de um Poder Executivo, um Poder Legislativo e um Poder Judiciário próprios, a cidade começou a funcionar de forma autônoma. Dessa forma, incorporo uma ampla perspectiva analítica, a qual permite afirmar que as políticas habitacionais aplicadas são baseadas em um *substrato* ideológico que tende a ser replicado ao longo dos anos. O substrato é definido como “as características permanentes de alguma coisa” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2014, s/p)

e, dentro de seus vários significados, junto ao termo *política* é entendido como a “orientação ou diretrizes que regem o desempenho de uma pessoa ou entidade em um assunto ou campo específico” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2014, s/p). Este trabalho, em primeiro lugar, fornecerá evidências linguístico-discursivas concretas a respeito do substrato ideológico. Então, com base neles, e para terminar, algumas considerações específicas serão expostas como uma reflexão sociodiscursiva.

### **Estrutura teórico-metodológica**

Faço parte da regional argentina que pertence à Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza (REDLAD) há mais de uma década. O foco dessa equipe de pesquisa interdisciplinar, que se apoia na Análise de Discurso Crítica (ADC) e criticamente se apropriou de seus postulados, é a pobreza na Grande Buenos Aires e na CABA. A REDLAD começou seu processo de formação em 2005 com o objetivo de tornar visível como os discursos socialmente circulantes atuam em situações de exclusão e violação dos direitos humanos e sociais ocorridas em nossa região após a implementação de políticas neoliberais.

Considerando, então, que os discursos circulantes têm um papel crucial e “invisível” no desenvolvimento de fenômenos sociais, os objetivos da REDLAD são produzir métodos de análise linguístico-discursiva, treinar novos pesquisadores e pesquisadoras, fazer intercâmbio dos resultados com países que integram a rede, refletir sobre esses resultados e fornecer à sociedade estudos discursivos para apoiar os debates sobre o desenvolvimento de políticas públicas que envolvem pessoas em situação de pobreza.

## Sobre o corpus

Consistente com o já exposto e em razão do objetivo deste trabalho – apresentar os resultados da minha pesquisa sociodiscursiva acerca das políticas públicas voltadas aos problemas habitacionais que afetam as pessoas em situação de pobreza que vivem na CABA –, serão expostas evidências linguístico-discursivas relativamente à forma como se constrói a representação *problemática habitacional* (e suas possíveis soluções) em relação às situações de pobreza nos discursos legais produzidos pelo GCABA no período de 1997-2014. A escolha deste *corpus* se deve ao fato de que, diante dos discursos legais, representa-se a situação habitacional da CABA e, com base nessa representação, são criadas as políticas públicas para sua resolução.

O Estado, como instituição, regula a vida das sociedades por meio de uma série de campos ou áreas de ação (WODAK, 2000; 2003). Essas ações são materializadas por meio de gêneros discursivos ligados, principalmente, à linguagem escrita. Em outras palavras, o Estado é um ator que realiza ações discursivas em diferentes áreas que dizem respeito à vida social. Assim, podemos observar, entre outros, o campo da formação da opinião pública e da autoapresentação, incorporado no gênero informativo; o campo da administração pública, incorporado no gênero administrativo; e o campo dos procedimentos de legislação, incorporado no gênero legal. Para os propósitos deste trabalho abordaremos brevemente o gênero legal.

Em primeiro lugar, é importante notar que os discursos legais são geralmente incluídos na chamada linguagem jurídico-administrativa. Por exemplo, Postigo de de Bedia, com base em uma classificação tipológica que não inclui a noção de esferas de ação do discurso (WODAK,

2000; 2003), enquadra os projetos de lei em um gênero administrativo, embora seja evidente que estes são “documentos administrativos de natureza regulamentar” (1997, p. 180-181). Outros linguistas incluem na denominação de textos jurídicos tanto os legais como os judiciais (aqueles derivados da implementação de legislação por profissionais de direito) e administrativos (DE MIGUEL, 2000).

No entanto, embora os recursos linguísticos utilizados sejam semelhantes, para fins deste trabalho considera-se mais apropriado fazer algumas distinções entre esses discursos. Segundo Pardo (1996) e Wodak (2000; 2003), essa decisão analítica justifica-se porque, por um lado, as alternâncias e as combinações de recursos não são exatamente as mesmas e, por outro, campos ou áreas de ações dos discursos também não são os mesmos. Também se considera que esses gêneros discursivos poderiam ser estudados sob o ponto de vista de um sistema de redes de ação sociodiscursiva, e não apenas com base em uma classificação tipológica, como propõe Postigo de de Bedia (1997), embora essa perspectiva não seja aprofundada neste trabalho.

Na linha de distinção mencionada por González Salgado (2009) para a chamada linguagem jurídica, destacam-se: os discursos legais, que estão ligados à produção de normas legais e cujo âmbito de ação são os procedimentos legislativos; os discursos judiciais, que têm seu campo de ação em sentenças; os discursos contratuais, cuja esfera de ação é a de negócios; e os discursos notariais, como atas e atos. O *corpus* deste trabalho é constituído pelos primeiros.

Entretanto, no campo de ação dos procedimentos legislativos, materializados no gênero discursivo legal, existem, por sua vez, diferenças. Nesse sentido, os fundamentos de um projeto de lei, um projeto de lei e uma regra legal têm elementos em comum e elementos diferenciais. Sem dúvida

fazem parte das práticas da legislação, mas, por exemplo, seus contextos de produção e circulação não são iguais, assim como a argumentatividade (LAVANDERA, 1992; PARDO, 2006) por meio da qual se definem.

A argumentatividade – ao contrário da argumentação – é um fenômeno gradual e é como discursos projetam dinamismo comunicativo (FIRBAS, 1966; 1992), ou seja, como discursos são projetados “para a frente”. O argumento, no entanto, pode ser definido como um gênero específico, cuja particularidade é possuir um alto grau de argumentatividade. Assim, a chamada argumentação apresenta o mais alto grau de argumentatividade, enquanto todos os discursos socialmente circulantes têm diferentes graus. Dessa forma, por exemplo, nos discursos legais, um elemento diferencial é que os projetos de leis e seus fundamentos possuem um grau maior de argumentatividade do que as leis.

Em segundo lugar, apesar de já caracterizado resumidamente o discurso legal, ainda há uma questão a ser respondida: por que analisar o problema da habitação nos discursos legais? Embora já tenha sido mencionado que a eleição desse *corpus* se deve ao fato de que, por meio dos discursos legais, a situação habitacional da CABA é representada e, com base nessa representação, são geradas políticas públicas para sua resolução, a resposta para essa pergunta é ainda mais profunda.

Se compararmos o esquema de Fairclough (1992) com um pêssego, a pele seria prática social (PS), ou seja, o mais visível, enquanto no interior do pêssego notaríamos o texto com a sua prática discursiva (PD). E o que se vê nessa pele social? Programas sociais, reivindicações sociais e o mais “complexo” dos problemas habitacionais são vistos nesta pele social: as pessoas que vivem nas ruas. Assim, a Figura 1 a seguir ilustra uma manifestação nas ruas da Cidade Autônoma de Buenos Aires em relação a uma lei para que pessoas em situação de rua possam ter acesso a moradias dignas.

**Figura 1.** Pele social



Fonte: elaboração própria

A Figura 2 e a Figura 3 também mostram o que acontece com a pele social. Nelas, observa-se como um bairro emblemático da CABA, Villa 31, onde pessoas vivem em situação de pobreza, com o passar dos anos foi crescendo. Primeiro, expandiu-se para os lados (Figura 2), para logo depois crescer em altura (Figura 3). Nesse sentido, a conformação espacial das cidades materializa os fenômenos sociais.

**Figura 2.** Expansão horizontal – Vista aérea Villa 31 em comparação 1978-2004



Fonte: imagens de satélite

**Figura 3.** Crescimento vertical Villa 31 (CABA). 2019



Fonte: elaboração própria

Voltando à questão de por que analisar o problema da habitação em um *corpus* de discursos legais, enfatizamos, novamente, que os fenômenos sociais expostos estão em íntima relação com eles. Isso se deve a: *i*) que as práticas discursivas legais são o núcleo – na metáfora do pêssego, o “caroço” nem sempre é visível na pele social; e *ii*) que há uma relação dialética entre essas práticas e as práticas sociais, porque discursos legais são a base para a implementação de políticas públicas.

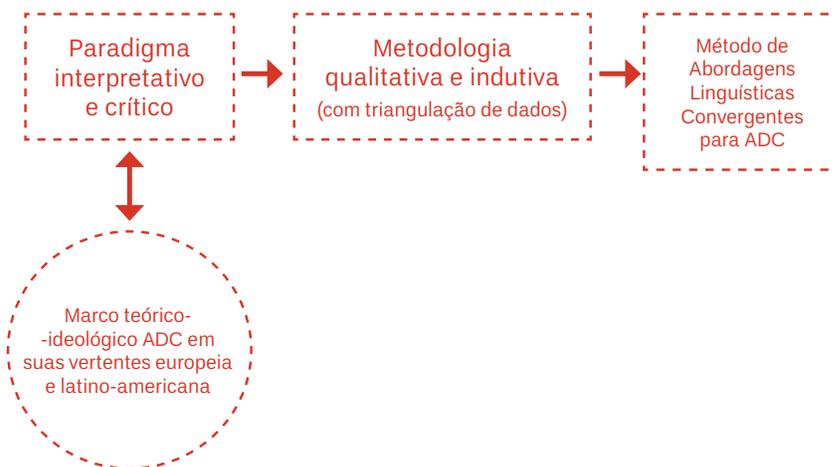
Essas práticas – que não são apenas discursivas ou apenas sociais, mas sociodiscursivas, no que reside sua força e o interesse em sua análise – acontecem com base em certo sistema de crenças. Este pode ser revelado e tornado visível por meio da ADC. Assim, com Fairclough (1992), entende-se que: *i*) o discurso é poder; *ii*) esse poder deve ser capturado; e *iii*) capturá-lo requer um método de análise que permita “cortar o pêssego”, ou seja, segmentar a materialidade discursiva para atingir seu núcleo. O que leva a explicar, então, as escolhas metodológicas.

## Sobre a metodologia de análise

O paradigma que orienta a pesquisa do grupo argentino da REDLAD é o interpretativista (GUBA; LINCOLN, 1998), e o quadro teórico e ideológico deste trabalho é a ADC em suas vertentes europeias (FAIRCLOUGH, 1992; VAN DIJK, 1993; WODAK, 2000) e latino-americanas (RESENDE; RAMALHO, 2006; SILVA, 2007; PARDO ABRIL, 2007; PARDO, 2008; 2011; MONTECINO, 2010; RAMALHO; RESENDE, 2011). Nessa linha, embora existam as críticas de Shi-xu (2007) a esse respeito, analiticamente se compartilha com Fairclough (1992) a ideia de que os discursos surgem de práticas inter-relacionadas: o texto com a prática discursiva (PD) e a prática social (PS).

Coerentemente com o paradigma e o quadro teórico, a metodologia é qualitativa e indutiva, com incorporação de triangulação de dados, e o método escolhido é o *Método de Abordagens Linguísticas Convergentes* para ADC (MALC) (MARCHESE, 2011; 2015). O exposto nesses parágrafos – resultado de escolhas informadas e de um processo de reflexão acerca de como conduzir a análise discursiva das questões sociais – está resumido na Figura 4.

**Figura 4.** Escolhas teórico-metodológicas



Fonte: elaboração própria

Apresentados o paradigma, o quadro teórico, a metodologia e o método, vamos mergulhar no último, fazendo-lhe uma breve descrição. O MALC analisa o discurso como uma unidade. Para isso, desenvolve três fases, cuja conjunção é eficiente para examinar como o mundo é construído nos discursos:

- **A Fase 1** aplica o *Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos* (PARDO, 1995; 2011), que identifica categorias discursivas socialmente relevantes. Essas categorias capturam as características do problema de habitação para o GCABA. Dessa forma, o MSDALT criado por Pardo é a origem do MALC.

- A **Fase 2** incorpora a *Teoria do Direcionamento de Informações* (FIRBAS, 1966; 1992; LAVANDERA, 1986; PARDO, 1996; 2011; MARCHESE, 2011; 2015). Esta examina quais das categorias obtidas na Fase 1 estão em zona focal e estuda os recursos utilizados para mitigar e reforçar as informações discursivas. A maneira de hierarquizar as informações revela quais os componentes mais relevantes do problema habitacional para o GCABA.
- A **Fase 3** acrescenta a *Teoria dos Processos e Papéis Temáticos* (HALLIDAY, 2004), que estuda os papéis temáticos dos participantes que aparecem no discurso. A distribuição dos papéis temáticos mostra a interação entre o GCABA e as pessoas em situação de pobreza no contexto do problema habitacional.<sup>1</sup>

Cada uma dessas fases está vinculada a operações analíticas específicas. Ilustrativamente, o Exemplo 1 oferece uma síntese das fases e das operações do MALC. Como para este capítulo a operação de categorização (Fase 1) e a operação de marcação (Fase 2) são utilizadas (em caixas na cor violeta no Exemplo 1), alguns esclarecimentos básicos e necessários serão feitos sobre eles.

---

<sup>1</sup> Embora o aspecto metodológico não seja aprofundado neste trabalho, ressalta-se que essa conjunção é coerente, pois reúne perspectivas funcionais sobre a linguagem. Além disso, a introdução do que é chamado de “teorias” durante a Fase 2 e a Fase 3 se deve ao fato de que, na estrutura do MALC, “teoria” é entendida como um “conjunto organizado de ideias [...] que tentam explicar um fenômeno” (MOLINER, 1998, p. 1210). Assim, essas teorias permitem relacionar as categorias obtidas na Fase 1 e aprofundar a explicação do fenômeno de construção do mundo que se materializa, discursivamente, a partir delas.

## 2. Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA

### Exemplo 1. Fases e operações do MALC

Fragmento analisado no Exemplo 1 (notícia publicada pelo GCABA em seu *site*)<sup>2</sup>: e3 [Apresentou-se a área de Coordenação de Políticas Sociais Urbanas da Cidade]; e4 [O chefe do governo da Cidade de Buenos Aires, JT, e a ministra de Direitos Humanos e Sociais, GC, apresentaram uma área de Coordenação de Políticas Sociais Urbanas da Cidade.]; e5 [Estiveram presentes, entre outros, deputados nacionais, legisladores portenhos e dirigentes das principais organizações sociais.]

FASE 1: operação de categorização									
Categorias obrigatórias									
Categorias não-obrigatórias									
OP	H-P (GCABA)	RT <sub>p1</sub>	P1	Nv1	ATOR (ORGANIZAÇÕES SOCIAIS)	Nv2	TEMPO	POLÍTICAS SOCIAIS	ESPAÇO (CABA)
	e3[Se	DI	PVE	apresentou					
	a área			de Coordenação				de Políticas Sociais Urbanas	da Cidade.] WF
	e4[O chefe do Governo								da Cidade de Buenos Aires,
	J. T.,								
e	a ministra de Direitos Humanos e Sociais, G.C.,	DI	PVE	apresentaram					
	uma área			de Coordenação				de Políticas Sociais Urbanas	da Cidade.] WF
		RI	PRE	e5[Estiveram					
	presentes, entre outros, deputados nacionais, legisladores portenhos								
e					dirigentes das principais organizações sociais.] WF				
CONTINUAÇÃO DA NOTÍCIA: 9 EMISSÕES NO TOTAL. As categorias focais restantes se distribuem entre: H-P (1), Ator (1) Tempo (1), Políticas sociais (1) e Espaço (2).									
OP	H-P (GCABA)	RT <sub>p1</sub>	P1	Nv1	ATOR (ORGANIZAÇÕES SOCIAIS)	Nv2	TEMPO	POLÍTICAS SOCIAIS	ESPAÇO (CABA)
0	1			0	2	0	1	1	4

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

<sup>2</sup> A vogal E significa “emissão” e a numeração corresponde ao número sucessivo de emissões. Este conceito (emissão) é entendido como uma unidade de análise (relativa à linguagem em uso), que é menor que o discurso e é delimitada pela concordância dos seguintes critérios: pausas e entonação (em oralidade), presença de diferentes sinais de pontuação (por escrito) e a conclusão completa de um tema e uma fileira (em ambos os casos) (PARDO, 1996; 2011).

Por meio da operação de categorização (Fase 1) são obtidas categorias discursivas que expressam a maneira pela qual os sujeitos sociais (individuais ou coletivos) ordenam o mundo. Categorizar refere-se ao processo pelo qual outra pessoa, objeto ou situação recebe uma série de propriedades que construirão esse objeto, essa situação ou essa pessoa. O *Método Sincrônico-Diacrônico*, Fase 1 do MALC, propõe uma análise indutiva pela qual as propriedades discursivas que constroem as categorias são traçadas.

Assim, seguindo Pardo (2011), são obtidas as *categorias gramaticalizadas* (*operador pragmático, OP; falante-protagonista [hablante-protagonista], H-P; ator (es); nexos de valor, Nv; tempo e espaço*) e as *categorias semântico-discursivas*. Uma distinção substancial entre ambas é que as *categorias gramaticalizadas* são consideradas obrigatórias, enquanto as *categorias semântico-discursivas* não o são.

Isso ocorre porque a frequência de uso das primeiras é alta em gêneros diferentes e eles sempre têm a mesma função discursiva. Em outras palavras, para construir um discurso, você precisa usar *categorias gramaticalizadas*, por exemplo, coordenadas de tempo e espaço e operadores pragmáticos (*e, porque, isto é* etc.). Por outro lado, as segundas, as *categorias semântico-discursivas*, são particulares ao universo de sentido construído em cada discurso. Por essa razão elas têm um grau maior de variabilidade e, nelas, encontram-se os usos mais criativos da linguagem. No Exemplo 1, as *categorias gramaticalizadas* (*OP, H-P: GCABA com Nv1 ou NvHP, ator: organizações sociais com Nv2, tempo e espaço*) estão em destaque no quadro amarelo, e a *categoria semântico-discursiva* (*política social*) é destacada no quadro na cor vermelha.

Finalmente, vale mencionar que, como ilustrado pelo seu nome, o *Método Sincrônico-Diacrônico* permite leitura sincrônica (ocorrência sucessiva de emissões) e diacrônica (como é carregada, semanticamente,

uma categoria na evolução do discurso), seja a categoria *gramaticalizada* ou *semântico-discursiva*.

Por meio da *operação de marcação* (Fase 2), a tonalização é analisada. Esta conta com recursos atenuantes (LAVANDERA, 1986; PARDO, 1996; 2011) e reforçadores (PARDO, 1996; 2011). Os primeiros reduzem a carga semântica das informações que atenuam, e os segundos reforçam a carga semântica das informações que enfatizam. A tonalização é uma noção relativa. Isso significa que não pode ser estabelecido *a priori* se um recurso é mitigador ou reforçador, e sim que as relações sintagmáticas e paradigmáticas devem ser avaliadas. As relações sintagmáticas são estabelecidas entre os elementos presentes, isto é, entre os elementos utilizados, enquanto as relações paradigmáticas respondem ao uso de um elemento ao em vez de outros (ausentes) também disponíveis, mas não utilizados no discurso em análise.

A *operação de marcação*, que permite incorporar essa análise, consiste em utilizar diferentes ferramentas, como itálico, negrito e sublinhado, fornecidas pelo mesmo *software* com o qual foi executada a Fase 1. No Exemplo 1, essa operação é ilustrada na diacronia da categoria semântico-discursiva *Políticas Sociais*. Sucintamente, o exemplo mostra reforçadores (adjetivo relacional: *sociais*) que enfatizam o caráter social dessas políticas, e, por sua vez, seu caráter urbano é reforçado pela repetição do adjetivo *urbano* (reforçadores são marcados com **negrito**). No entanto, a *política* funciona como uma arquipalavra<sup>3</sup> (PARDO; BUSCAGLIA, 2008), uma vez que não é possível identificar, a qualquer momento durante o discurso, quais políticas são referidas.

---

<sup>3</sup> As arquipalavras adicionam uma cota de ambiguidade aos discursos porque são inespecíficas. Essas palavras são frequentemente chamadas de palavras-tronco, porque sua significativa materialidade “guarda” vários significados possíveis.

## Análise sociodiscursiva crítica

A aplicação da Fase 1 do MALC revelou que surgem categorias recorrentes que respondem a uma lógica em termos de *solução de problemas*. Isso significa que a categoria *Espaço* é construída como um problema diante do qual as soluções são propostas. Nesse sentido, observa-se que essa categoria não é apenas construída como um problema, e sim que esse problema se materializa, discursivamente, como uma crise. Essa situação discursiva ocorre em 73,68% do *corpus* e é evidente no uso de itens lexicais, tais como *emergência*, *de crise*, *de conflito*, *seriedade* e *urgência*, que enfatizam (reforçam) os problemas de habitação da cidade. Além disso, diante da construção desse cenário de crise ou emergência habitacional emergem categorias associadas às medidas propostas para o alcance de soluções.

O Exemplo 2 (discurso legal correspondente ao ano de 1998) e o Exemplo 3 (discurso jurídico correspondente ao ano de 2008<sup>4</sup>) dão conta da construção discursiva da categoria *Espaço* descrita no parágrafo anterior. Esses exemplos tornam visível um recurso recursivamente utilizado: o substantivo *emergência* modificado diretamente pelo adjetivo relacional *habitacional*, formando a frase nominal *emergência habitacional*. Dessa forma, o escopo da Cidade Autônoma de Buenos Aires (Exemplo 3) não passa por “problemas habitacionais”, mas enfrenta uma *crise habitacional*, como ilustrado no Exemplo 4 (discurso legal correspondente ao ano de 2002). A referência aos anos dos discursos será retomada durante a explicação do Exemplo 5 e, em seguida, a categoria *Espaço* é destacada em cinza para sua visualização mais apropriada.

---

<sup>4</sup> A partir daqui são apresentados os exemplos mais representativos da análise do *corpus*.

## 2. Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA

### Exemplo 2. Construção da categoria *Espaço*: ano 1998

Fragmento analisado no Exemplo 2 (Projeto de Lei n. 3.008/1998): e24 [6. Avaliar as causas de emergência habitacional descritas no artigo 4 do projeto.]

PROJETO DE LEI N. 3.008/1998		
H-P (GCABA)		ESPAÇO
H-P (GCABA)	NvHP	EMERGÊNCIA HABITACIONAL
	e24[6. Avaliar	as causas de <b>emergência</b> habitacional
	descritas	
no artigo 4 do projeto.]		

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

### Exemplo 3. Construção da categoria *Espaço*: ano 2008

Fragmento analisado no Exemplo 3 (Decreto n. 960/2008): e13 [(início da emissão) O programa concede subsídio com o objetivo de mitigar a emergência habitacional de moradores da Cidade Autônoma de Buenos Aires.]

DECRETO N. 960/2008				
H-P (GCABA)		ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)	ESPAÇO	NOVAS MEDIDAS PROPOSTAS
H-P (GCABA)	NvHP	ATOR (GRUPOS FAMILIARES E PESSOAS VULNERÁVEIS)	EMERGÊNCIA HABITACIONAL	AUMENTO e MAIOR CONTROLE DE SUBSÍDIOS
e13[(início da emissão) "O programa"	concede			subsídio
	com o objetivo de mitigar		a <b>emergência</b> habitacional	
		de moradores	da Cidade Autônoma de Buenos Aires.]	

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

**Exemplo 4.** Construção da categoria *Espaço*: ano 2002

Fragmento analisado no Exemplo 4 (Projeto de Lei n. 2.065/2002): e8 [art. 4º.- O Aluguel Social implica subsídio parcial ou total para o aluguel de moradias concedido pelo Estado a famílias ou pessoas em situação de crise habitacional (continuação da emissão)]

PROJETO DE LEI N. 2.065/2002						
OP.	H-P (GCABA)		ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)		MEDIDAS PROPOSTAS	ESPAÇO
	H-P (GCABA)	NvHP	ATOR (FAMÍLIAS E PESSOAS EM EMERGÊNCIA HABITACIONAL)	NV3	SUBSÍDIO PARA ALUGUEL SOCIAL	EMERGÊNCIA HABITACIONAL
e8[Art.4º.-					O aluguel social	
		implica			subsídio parcial	
ou					total	
				para o aluguel	de moradias	
		concedido				
	pelo Estado		a famílias			
ou			Pessoas			em situações de crise habitacional (continuação da emissão)]

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

A categoria *Tempo* também contribui para a construção descrita. Conforme apresentado no Exemplo 5 (discurso legal para o ano de 2013), no *Tempo* convergem elementos que reforçam (ênfatisam) a construção do problema habitacional como situação de *emergência habitacional* (e4). Nesse caso, o adjetivo *urgente* propõe um cenário em que não há apenas uma *necessidade de habitação* para a população mais vulnerável, mas uma *necessidade urgente de habitação* (e7). Da mesma forma, se retomarmos os exemplos anteriores, veremos como a construção da CABA como *Espaço de emergência habitacional* se repete no *corpus* ao longo dos anos: 1998 (Exemplo 2), 2002 (Exemplo 4), 2008 (Exemplo 3) e 2013 (Exemplo 5).

## 2. Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA

### Exemplo 5. Construção da categoria *Espaço*: ano 2013

Fragmento analisado no Exemplo 5 (Projeto de Lei n. 239/2013): e4 [(início da emissão) com o objetivo de mitigar a emergência habitacional para moradores da Cidade Autônoma de Buenos Aires.] E7 [Que os subsídios habitacionais são medidas temporárias que tendem a aliviar a urgente necessidade de moradia de certos grupos que estão objetivamente em desvantagem para encontrar por eles mesmos um lugar para morar;]

PROJETO DE LEI N. 239/2013							
OP.	H-P (GCABA)		ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)		TEMPO	ESPAÇO	NOVAS MEDIDAS PROPOSTAS
	H-P (GCABA)	NvHP	ATOR (PESSOAS COM NBI <sup>5</sup> )	NV2		EMERGÊNCIA HABITACIONAL	AUMENTO DO VALOR DOS SUBSÍDIOS
		e4[(início da emissão) com o objetivo de mitigar				a emergência habitacional	
			para moradores			da Cidade Autônoma de Buenos Aires.]	
							e7[Que os subsídios habitacionais
		são					medidas temporárias que
		tendem a aliviar			a urgente	necessidade de moradia	
			de certos grupos que	estão			
obje- tiva- mente						em desvantagem	
				para encontrar			
			por eles mesmos			um lugar	
				para morar;]			

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

<sup>5</sup> NBI significa Necessidades Básicas Insatisfeitas.

Como foi introduzido no início desta seção, em resposta à construção do *Espaço em crise/emergência habitacional*, propostas de medidas para alcançar soluções aparecem. Assim, na análise, foi revelada a categoria *Medidas Propostas*, cuja construção está associada, predominantemente, a questões financeiras. O Exemplo 6 mostra como um subsídio parcial ou total (e8) é proposto como um modo de aluguel social (e1).

**Exemplo 6.** Construção da categoria *Medidas Propostas*

Fragmento analisado no Exemplo 6 (Projeto de Lei n. 2.065/2002): e1 [Lei de Aluguel Social] e2 [Artigo 1º - O Programa de Aluguel de Habitação Social é criado como parte da política habitacional da Cidade Autônoma de Buenos Aires.] e8 [Art. 4º.- O Aluguel Social implica subsídio parcial ou total para o aluguel de moradias concedido pelo Estado a famílias ou pessoas em situação de crise habitacional (continuação da emissão)]

PROJETO DE LEI N. 2.065/2002						
OP.	H-P (GCABA)		ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)		MEDIDAS PROPOSTAS	ESPAÇO
	H-P (GCABA)	NvHP	ATOR (FAMÍLIAS E PESSOAS EM EMERGÊNCIA HABITACIONAL)	NV3	SUBSÍDIO PARA ALUGUEL SOCIAL	EMERGÊNCIA HABITACIONAL
	e1[Lei				de Aluguel Social]	
e2[Artigo 1º.-	O Programa				de Aluguel de Habitação Social	
		é criado				
	como parte				da política habitacional	da Cidade Autônoma de Buenos Aires.]
e8[Art. 4º.-					O Aluguel Social	
		implica			subsídio parcial	
ou					total	
				para o aluguel	de moradias	
		concedido				
	pelo Estado		a famílias			
ou			pessoas			em situações de crise habitacional (continuação da emissão)]

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

Um fato que merece destaque é que, ao longo dos anos, a categoria *Medidas Propostas* tende a ser dividida em duas categorias. O processo discursivo é o seguinte: surgimento da categoria *Medidas Prévias* (medidas já implementadas para alcançar soluções, tais como doações e empréstimos, que não deram os resultados esperados), enquanto, simultaneamente, aparece a categoria *Novas Medidas Propostas* (relacionada às novas soluções que se propõem). O mais relevante desse processo discursivo de transformação categorial é que as categorias *Medidas Propostas*, *Medidas Prévias* e *Novas Medidas Propostas* são semântico-discursivas. Isso significa que, ao não serem compulsórias (como as categorias gramaticalizadas), poderiam originar o que há de mais novo ou mais criativo na produção discursiva. No entanto, isso não acontece, dado que a construção das categorias *Medidas Prévias* e *Novas Medidas Propostas* é muito similar (isomórfica) (entre si e até mesmo à categoria *Medidas Propostas*).

O Exemplo 7 é representativo, por um lado, pela forma como as categorias *Medidas Prévias: subsídios* e *Novas Medidas Propostas: aumento e maior controle dos benefícios* são isomórficas na sua construção e, por outro, como a construção de ambos também é isomórfica referente à categoria *Medidas Propostas* (Exemplo 6). O primeiro isomorfismo é intradiscursivo, porque opera entre as categorias do mesmo discurso, e o segundo isomorfismo é interdiscursivo, porque opera entre os discursos que compõem o *corpus*.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Aqui não estamos nos referindo ao conceito de interdiscursividade em relação às correntes francesas de análise do discurso.

**Exemplo 7. Isomorfismo intradiscursivo entre as categorias**

*Medidas Prévias e Novas Medidas Propostas*

Fragmento analisado no Exemplo 7 (Decreto n. 960/2008): e9 [Que, sem prejuízo do acima exposto, a situação econômica atual do país significa que o valor do subsídio concedido atualmente aos beneficiários do Programa “Atenção às Famílias em Situação de Rua” seja insuficiente para dar a solução habitacional temporária pretendida para atender às necessidades das famílias ou pessoas afetadas, por isso é preciso aumentar o valor para quatro mil e duzentos pesos (\$ 4.200), (continuação da emissão)]

DECRETO N. 960/2008							
OP.	H-P (GCABA)		ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)	TEMPO	ESPAÇO	MEDIDAS PRÉVIAS	NOVAS MEDIDAS PROPOSTAS
	H-P (GCABA)	NvHP	ATOR (GRUPO DE FAMÍLIAS E PESSOAS VULNERÁVEIS)		EMERGÊNCIA HABITACIONAL	SUBSÍDIO	AUMENTO E MAIOR CONTROLE DE SUBSÍDIOS
		e9 [Que, sem prejuízo do acima exposto,			a situação econômica		
				Atual	do país		
		significa				que o valor do subsídio	
		concedido		atualmente			
			aos beneficiários				
	do Programa “Atenção às Famílias em Situação de Rua”	seja				insuficiente	
		para dar				a solução habitacional	
				temporária			
		pretendida					
		para atender às necessidades	das famílias				
	ou		pessoas afetadas,				
	por isso	é preciso aumentar					o valor para quatro mil e duzentos pesos (\$ 4.200), (continuação da emissão)]

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

## 2. Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA

### Exemplo 8. Construção da categoria *Novas Medidas Propostas*: ano 2013

Fragmento analisado no Exemplo 8 (Decreto n. 239/2013): e2 [Que o artigo 17 da Constituição da Cidade Autônoma de Buenos Aires afirma: "A Cidade desenvolve políticas sociais coordenadas para superar as condições de pobreza e exclusão por meio de recursos orçamentários técnicos e humanos.] e6 [Que o aumento dos custos de moradia devido às altas taxas inflacionárias sofridas por nosso país motiva uma nova elevação ou ajuste do valor do subsídio;]

DECRETO N. 239/2013					
H-P (GCABA)		ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)		ESPAÇO	MEDIDAS PROPOSTAS
H-P (GCABA)	NvHP	ATOR (PESSOAS COM NBI)	NV2	EMERGÊNCIA HABITACIONAL	AUMENTO DO VALOR DOS SUBSÍDIOS
e2 [Que o artigo 17 da constituição da Cidade Autônoma de Buenos Aires	afirma:				
"A Cidade	desenvolve				políticas sociais coordenadas
	para superar			as condições de pobreza e exclusão	por meio de recursos orçamentários técnicos e humanos.]
				e6 [Que o aumento dos custos de moradia devido às altas taxas inflacionárias	
	(sofridas)d <sup>7</sup>		(sofridas)d		
(por nosso)d,		(por nosso)d,		país	
	motiva				uma nova elevação ou ajuste do valor do subsídio;]

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

De forma semelhante ao que foi explicado anteriormente sobre a construção da categoria *Espaço: emergência habitacional*, se ao Exemplo 6 (discurso legal correspondente ao ano 2002) e ao Exemplo 7 (discurso legal correspondente ao ano 2008) é adicionado o Exemplo 8 (discurso legal correspondente ao ano 2013), podemos ver a maneira pela qual as propriedades discursivas que constroem as medidas propostas são replicadas ao longo dos anos. Assim, o Exemplo 8 mostra que a

<sup>7</sup> O símbolo (...)d indica a inserção de uma duplicação pela analista. Isso não será aprofundado aqui, é apenas esclarecido que este instrumento é usado para casos específicos.

categoria *Novas Medidas Propostas* toma a forma discursiva de um novo *Aumento no valor de subsídios*. Além disso, como expressa literalmente esse discurso, essa *nova elevação* ou *ajuste do valor do subsídio* (e6) é entendida como uma *política social* (e2).

Agora, toda a construção descrita e ilustrada nos parágrafos anteriores desta seção sobre o problema da habitação e suas possíveis formas de solução já está presente nos fundamentos dos projetos. Voltando às ideias apresentadas na seção 1, essa situação discursiva é importante, pois essas fundações são encontradas na zona mais profunda, central e medular do “caroço do pêssago”. Em seguida, a Figura 5 resume o caminho discursivo de uma lei: como se observa, a origem da norma legal está nos fundamentos em que, precisamente, sua construção é sustentada.

Figura 5. Rota discursiva da lei



Fonte: elaboração própria

O Exemplo 9, o Exemplo 10 e o Exemplo 11, correspondentes respectivamente aos anos de 1998, 2002 e 2013, são responsáveis pelas afirmações feitas no parágrafo anterior. O primeiro exemplifica o uso do substantivo *emergência* modificado diretamente pelo adjetivo relacional *habitacional*, formando a frase nominal *emergência habitacional*. O segundo mostra a confluência do substantivo *conflito* com dois adjetivos: um deles, *social* (adjetivo relacional que liga a disputa a uma área específica: a social), e o outro, *grave* (adjetivo avaliativo dada à sua posição a montante do substantivo). Finalmente, o terceiro mostra o mesmo recurso explicado no Exemplo 9 e o uso do substantivo *problemas* alterado pelo adjetivo avaliativo *graves*, uso semelhante ao Exemplo 10.

## 2. Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA

Esses exemplos demonstram que a construção da categoria *Espaço: habitação de emergência*, por meio de recursos de reforço que enfatizam uma situação de crise, como já mencionado, aparece desde os fundamentos que dão origem às leis.

### Exemplo 9. Construção da categoria *Espaço: emergência habitacional*

Fragmento analisado no Exemplo 9 (Fundamentos do Projeto de Lei n. 3.008/1998): e71 [(Início da emissão) e uma queda do salário que não é recuperável no contexto que o modelo gera, condições essas que recriam diariamente situações de emergência habitacional (continuação da emissão)]

FUNDAMENTOS DO PROJETO DE LEI N. 3.008/1998				
OP.	H-P (GCABA)		TEMPO	ESPAÇO
	H-P (GCABA)	NvHP		EMERGÊNCIA HABITACIONAL
e71[(início da emissão) E				uma queda do salário que não é recuperável no contexto que
	o modelo	gera,		condições essas que
		recriam	diariamente	as situações de <b>emergência</b> habitacional (continuação da emissão)]

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

### Exemplo 10. Construção da categoria *Espaço: emergência habitacional*

Fragmento analisado no Exemplo 10 (Fundamentos do Projeto de Lei n. 2.065/2002): e29 [(Início da emissão) uma norma que forneça novas ferramentas para a imediata solução desse grave conflito social.]

FUNDAMENTOS DO PROJETO DE LEI N. 2.065/2002			
H-P (GCABA)		TEMPO	ESPAÇO
H-P (GCABA)	NvHP		EMERGÊNCIA HABITACIONAL
e29[(início da emissão) uma norma que	forneça		
novas ferramentas	para	a imediata	
	solução		desse <b>grave conflito social.</b> ]

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

**Exemplo 11.** Construção da categoria *Espaço: emergência habitacional*

Fragmento analisado no Exemplo 11 (Fundamentos do Projeto de Lei n. 490/2013): e54 [Levando em consideração alguns dados que respondem por essa situação de emergência, da população total da cidade (2.891.082 habitantes) Censo INDEC 2010, aproximadamente 500 mil pessoas vivem em situação de emergência habitacional, sofrendo graves problemas relacionados ao acesso à moradia e às condições de habitação em geral.]

FUNDAMENTOS DO PROJETO DE LEI N. 490/2013			
H-P (GCABA)	ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)		ESPAÇO
NvHP	ATOR (GRUPOS FAMILIARES OU PESSOAS)	Nv2	EMERGÊNCIA HABITACIONAL
e54[Levando em consideração	alguns dados que	respondem	por essa situação <b>emergência</b> ,
	da população total		da Cidade
	(2.891.082 habitantes) Censo INDEC 2010,	aproximadamente	
	500.000 pessoas	Vivem	em situação de <b>emergência</b> habitacional,
		sofrendo	<b>graves problemas</b> relacionados ao acesso à moradia e às condições de habitação em geral.]

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

Paralelamente, a construção discursiva das medidas para alcançar soluções está presente, também, a partir dos fundamentos, como o Exemplo 12 e o Exemplo 13 revelam ao tratarem, respectivamente, de um subsídio e de um fundo financeiro.

## 2. Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA

### Exemplo 12. Construção da categoria *Medidas Propostas*

Fragmento analisado no Exemplo 12 (Fundamentos do Projeto de Lei n. 3.343/2004): e22 [Nossa proposta tende a evitar essa espera desesperada, mas, por sua vez e como proposta de superação do serviço de assistência por meio do subsídio descrito, se estabelece a possibilidade da não institucionalização como medida para preservar a privacidade, os pertences e a dignidade dos beneficiários.]

FUNDAMENTOS DO PROJETO DE LEI N. 3.343/04						
OP.	H-P (GCABA)		ATOR (PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA)	TEMPO	MEDIDAS PROPOSTAS	ESPAÇO
	H-P (GCABA)	NvHP	ATOR (TERCEIRA IDADE)		SUBSÍDIO PARA ALUGUEL DE MORADIA	EMERGÊNCIA HABITACIONAL
	e22[Nossa proposta	tende a evitar		essa espera desesperada,		
mas, por sua vez e	como proposta de superação					do serviço de assistência
					por meio do subsídio	
		descrito,				
	se	estabelece a possibilidade da				
		não institucionalização			como medida	
		para preservar	a privacidade, os pertences			
e			a dignidade dos beneficiários.]			

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

**Exemplo 13.** Construção da categoria *Medidas Propostas*

Fragmento analisado no Exemplo 13 (Fundamentos do Projeto de Lei n. 801/2011): e79 [Neste projeto de lei, além de declarar a emergência habitacional da cidade, insiste-se na criação de um fundo para financiar políticas públicas de moradia temporária e permanente para a cidade.]

FUNDAMENTOS DO PROJETO DE LEI N. 801/2011				
H-P (GCABA)		TEMPO	ESPAÇO	MEDIDAS PROPOSTAS
H-P (GCABA)	Nv1		EMERGÊNCIA HABITACIONAL	AUMENTO DO VALOR DOS SUBSÍDIOS
e79[Neste projeto de lei,	além de declarar		a emergência habitacional da cidade,	
se	insiste			
	na criação			de um Fundo
	para financiar			políticas públicas de moradia
		temporária e permanente	para a cidade.]	

Fonte: Quadro analítico de elaboração própria

**Considerações finais**

Com base na análise, a construção discursiva da representação *problemática da habitação* e suas possíveis soluções podem ser sintetizadas em duas ideias-chave. Primeiro, há uma invocação discursiva do conceito *emergência*. Isso significa que o problema habitacional é construído sistematicamente vinculado aos conceitos *crise* ou *emergência*, e que essa situação discursiva é evidente mesmo nos discursos legais após o veto da Lei de Emergência Habitacional em 2011. Segundo, há falta de criatividade nas medidas propostas para resolver a situação. Isso se materializa, discursivamente, no isomorfismo entre as categorias *Medidas Propostas*, *Medidas Prévias* e *Novas Medidas Propostas*.

O exposto leva à pergunta: como é novo, então, “o novo”? E à consequente resposta de que “o novo” não é novo, mas predomina um substrato ideológico replicado ou repetido. Esse substrato materializa-se em um

padrão linguístico-discursivo segundo o qual, por exemplo, uma emergência é resolvida, fundamentalmente, por meio de incentivos financeiros. Assim, a escolha do título deste capítulo: *Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA* é um tipo de questionamento indireto sobre a pluralidade de abordagens para os problemas de habitação. Questionamento que, após a análise, obtém como resposta – ainda que ao longo dos anos as leis tenham criado e modificado programas habitacionais – uma política habitacional – tanto orientações como diretrizes que regem a conduta de uma pessoa ou entidade em relação a um determinado assunto – que era, em essência, a mesma.

Além disso, considera-se que a característica de isomorfismo desse *corpus* revela, linguístico-discursivamente, quão rígido é o sistema de crença (ou ideologia) proveniente desses discursos. Sistema de crenças cujo cerne ou núcleo já está presente nos alicerces que sustentam os projetos dos quais se originam as leis com base nas quais, por sua vez, programas sociais são implementados. Na verdade, a fundação é definida como “alicerce e fundamento que sustenta um edifício ou outra coisa” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2014, s/p).

Recorrendo à classificação de Bianconi e Casabone (2006) de documentos de Estado como *monumentos* (2006, p. 5)<sup>8</sup>, podemos dizer, como um reforço do exposto, que o eixo que sustenta esses monumentos se encontra em um sistema de crença que é “projetado” desde os fundamentos das leis até os programas sociais. Esse sistema é aquele que deve ser visível para debate e discussão. Nesse sentido, espera-se que esses dados qualitativos linguístico-discursivos específicos contribuam para a reflexão acerca do desenvolvimento das políticas de habitação, especialmente aquelas que afetam os setores mais vulneráveis da população.

---

<sup>8</sup> Aqui se retoma uma ideia já presente em Foucault (2006).

## Referências

BERMÚDEZ, A. *et al.* *Documento de trabajo n. 19: procesos de urbanización de villas de la CABA.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio Público Tutelar, 2014.

BIANCONI, L.; CASABONE, G. Estado y escritura: una mirada comunicacional. *Biblioteca Virtual de la Gestión Pública*, 2006. p. 1-12.

DE MIGUEL, E. El texto jurídico-administrativo: análisis de una orden ministerial. *Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación*, 4, 2000.

DUARTE, M. Redes de metáforas cognitivas en el discurso político: “el socialismo del siglo XXI” de Hugo Chávez. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 13, n. 1, p. 57-78, 2013.

ESPEJO YAKSIC, N. El derecho a una vivienda adecuada. *Centro de investigación social. Un techo para Chile*, v. 8, n. 13, p. 48-63, 2010.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change.* Cambridge: Polity Press, 1992.

FIRBAS, J. On defining the theme in functional sentence analysis. *Travaux Linguistiques de Prague*, 1, p. 267-280, 1966.

FIRBAS, J. *Functional sentence perspective in written and spoken communication.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

FOUCAULT, M. *La arqueología del saber.* México D. F.: Siglo XXI, 2006.

GONZÁLEZ SALGADO, J. A. El lenguaje jurídico del siglo XXI. *Diario La Ley*, 7209, 2009. p. 1-6.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. *In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). The landscape of qualitative research: theories and issues.* Thousand Oaks: Sage, 1998. p. 195-220.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar* (3<sup>rd</sup> ed., revised by C. M. I. M. Matthiessen). London: Arnold, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010. Censo del Bicentenario. Resultados definitivos. Tomo 1*. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2012.

JANOSCHKA, M.; SEQUERA, J. Gentrification in Latin America: addressing the politics and geographies of displacement. *Urban Geography*, v. 37, n. 8, p. 1175-1194, 2016.

LAVANDERA, B. Decir y aludir: una propuesta metodológica. *Cuadernos del Instituto de Lingüística*, v. 1, n. 1, p. 3-14, 1986.

LAVANDERA, B. Argumentatividad y discurso. *Voz y letra*, v. 3, n. 1, p. 3-18, 1992.

MOLINER, M. *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos, 1998.

MARCHESE, M. C. *El texto como unidad de análisis sociodiscursiva: una propuesta a partir del método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*. Buenos Aires: Tersites, 2011.

MARCHESE, M. C. *Análisis crítico de la representación discursiva de la vivienda en historias de vida de sujetos en situaciones de pobreza urbana y en discursos del Estado. El déficit habitacional en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires en la posmodernidad*. PhD Thesis. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 2015.

MARCHESE, M. C. Análisis lingüístico y ACD: una propuesta metodológica. In: PASCUAL, M. (Comp.) *Los estudios del discurso en la Argentina actual: nuevos desafíos, nuevas miradas*. San Luis: Nueva Editorial Universitaria, 2017. p. 175-192.

MONTECINO, L. (Ed.). *Discurso, pobreza y exclusión en América Latina*. Santiago: Cuarto Propio, 2010.

PARDO, M. L. *La gestación del texto: la emisión líder*. PhD Thesis. Ciudad de Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 1995.

PARDO, M. L. *Derecho y lingüística: cómo se juzga con palabras*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1996.

PARDO, M. L. La argumentación en el discurso de los indigentes de Buenos Aires y Santiago de Chile. In: ACTAS DEL CONGRESO DE LA SOCIEDAD ARGENTINA DE LINGÜÍSTICA. Salta: Universidad Nacional de Salta, 2006.

PARDO, M. L. Una metodología para la investigación lingüística del discurso. In: PARDO, M. L. (Ed.) *El discurso sobre la pobreza en América Latina*. Santiago: Frasis, 2008. p. 55-78.

PARDO, M. L. *Teoría y metodología de la investigación lingüística: método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*. Buenos Aires: Tersites, 2011.

PARDO, M. L. Metodología de la investigación en lingüística: reflexiones y propuesta. *Revista da Associação Brasileira de Lingüística*, v. 14, n. 2, p. 271-288, 2015.

PARDO, M. L.; BUSCAGLIA, V. Pobreza y salud mental desde el Análisis Crítico del Discurso. El aislamiento social y el deterioro comunicativo y cognitivo. *Discurso & Sociedad*, v. 2, n. 2, p. 357-393, 2008.

PARDO ABRIL, N. G. *Cómo hacer Análisis Crítico del Discurso: una perspectiva latinoamericana*. Santiago: Frasis, 2007.

POSTIGO DE DE BEDIA, A. M. *Los escritos de la administración pública: modelos para su redacción*. San Salvador de Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy, 1997.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Diccionario de la lengua española. Disponível em: <http://www.rae.es/>, 2014.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SHI-XU. Reconstruyendo los paradigmas orientales de los estudios del discurso. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 7, n. 1, p. 79-94, 2007.

SILVA, D. E. G. Critical Discourse Analysis and the functional bases of language. In: BARBARA, L.; SARDINHA, T. B. (Ed.) *Proceedings of the 33<sup>rd</sup> International Systemic Functional Congress*. São Paulo: PUCSP, 2007. p. 932-949.

TREVISANI VESPA, M.; MAMBERTI, J. *Sin vivienda para los más vulnerables en la ciudad de Buenos Aires: análisis de presupuesto y políticas públicas*. Buenos Aires: ACIJ, 2012.

VAN DIJK, T. A. Principles of Critical Discourse Analysis. *Discourse & Society. An International Journal for the Study of Discourse and Communication in their Social, Political and Cultural Contexts*, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993.

WODAK, R. ¿La sociolingüística necesita una teoría social? Nuevas perspectivas en Análisis Crítico del Discurso. *Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad. Lenguaje en contexto desde una perspectiva crítica y multidisciplinaria*, v. 2, n. 3, p. 123-147, 2000.

WODAK, R. El enfoque histórico del discurso. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Comps.) *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 101-42.

# Sobre as organizadoras

## **Carolina Lopes Araújo**

Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Mestre em Gestão pela HEC-Montreal (Canadá). Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora adjunta da Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina. Desenvolve estudos nas áreas de desenvolvimento e sustentabilidade, participação social e colaboração, gestão e educação e análise discursiva.

*E-mail:* carolinalopesaraujo@gmail.com

## **Jacqueline Fiuza da Silva Regis**

Doutora em Linguística pela UnB e *Doctor philosophiae* (Dr. phil.) pela Universidade Friedrich Schiller, Alemanha. Professora vinculada ao Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade da Universidade de Brasília. Mãe da Ayumi (2009), da Inaê (2011) e da Nina (2017). Articula pesquisa e docência em questões afetas à decolonialidade, ao antirracismo, à análise de discurso crítica, a direitos sexuais e reprodutivos e à produção textual.

*E-mail:* fuzaregis@yahoo.de

### **Viviane de Melo Resende**

Doutora em Linguística pela UnB, professora associada da mesma universidade. Pesquisadora do CNPq, coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS) e do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC). Realizou estudos pós-doutorais na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade Pompeu Fabra. Desenvolve pesquisas em estudos críticos do discurso, decolonialidade, interseccionalidade, com foco na situação de rua.

*E-mail:* [resende.v.melo@gmail.com](mailto:resende.v.melo@gmail.com)

# Sobre as/os autoras/es

## **Débora de Carvalho Figueiredo**

Bacharel em Direito e mestre e doutora em Linguística Aplicada e Análise do Discurso, professora no Departamento de Línguas Estrangeiras e no Programa de Pós-Graduação em Inglês/Estudos Linguísticos e Literários na Universidade Federal de Santa Catarina. Seu foco de interesse são as relações entre discurso, gênero e poder, sobretudo no discurso jurídico.

*E-mail:* [deborafigueiredo@terra.com.br](mailto:deborafigueiredo@terra.com.br)

## **Gersiney Santos**

Doutor e mestre em Linguística pela Universidade de Brasília, atua na área de Língua Portuguesa, Produção de Texto e Linguística, com ênfase em Análise de Discurso Crítica e Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos. Professor vinculado ao Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade da UnB.

*E-mail:* [gersiney@gmail.com](mailto:gersiney@gmail.com)

### **Gina Vieira Ponte de Albuquerque**

Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Especialista em Educação a Distância, Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar e Letramentos e Práticas Interdisciplinares nos Anos Finais. Cursa mestrado em Linguística na UnB.

*E-mail:* ginavieiraponte@gmail.com

### **Juliana de Freitas Dias**

Doutora em Linguística e docente na Universidade de Brasília desde 2009. É fundadora e atual coordenadora do grupo de pesquisa Educação Crítica e Autoria Criativa (Gecria).

*E-mail:* ju.freitas.d@gmail.com

### **Lola Aronovich**

Mestra e doutora em Literatura em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Santa Catarina, professora associada do Departamento de Estudos da Língua Inglesa, suas Literaturas e Tradução da Universidade Federal do Ceará, autora do *blog* Escreva Lola Escreva.

*E-mail:* lolaescreva@gmail.com

### **Mariana C. Marchese**

Doutora pela Universidade de Buenos Aires, professora de Mídia e Ensino Superior em Letras na mesma universidade, pesquisadora assistente do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas, chefe de Trabalhos Práticos na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires.

*E-mail:* marianacmarch@yahoo.es

### **Maria Carmen Aires Gomes**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa e colaboradora do Poslin-UFMG. Articula pesquisas em Análise de Discurso Crítica com estudos de gênero e corpo (Grupo Afecto).

*E-mail:* mcgomes@ufv.br

### **Virgínia Colares**

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco com pós-doutorado em Direito pela Universidade de Brasília. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Pernambuco.

*E-mail:* virginia.colares@pq.cnpq.br

Os estudos críticos do discurso têm sido amplamente aprofundados nas incursões que pesquisadoras latino-americanas têm feito nesse campo. A Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso e a Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza são exemplos do muito que foi feito na América Latina na direção da ampliação do escopo da análise de discurso crítica e no refinamento de abordagens teóricas e metodológicas associadas a essa interdisciplina. A ALED é uma associação acadêmica com 25 anos de tradição que congrega estudos do discurso de diversas tendências. Para a sétima edição do colóquio da ALED no Brasil, definiu-se a temática “Discurso, política e direitos: por uma análise de discurso comprometida”, com o objetivo de trazer ao centro da discussão no âmbito da ALED-Brasil as relações de discurso-sociedade em termos de poder e abuso de poder. Para atingir esse objetivo, a ALED-Brasil convidou especialistas de diferentes campos dos estudos do discurso que trabalham com as categorias centrais a este debate: classe, raça e gênero, e consideram ambientes discursivos variados, desde os espaços virtuais de interação até as políticas públicas, passando pelos campos midiático, jurídico e educacional. Esse encontro mostrou-se uma oportunidade produtiva para a discussão do necessário comprometimento de acadêmicas e acadêmicos envolvidos em estudos das relações de linguagem-sociedade em termos de discurso e poder. Este livro reúne algumas dessas conferências.

